

Psicoterapia com Crianças no Contexto da Justiça: Espaço Social e Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento Subjetivo

Psychotherapy with Children in the Context of Justice: Social Space of Education, Learning and Subjective Development

Vannúzia Leal Andrade Peres

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Brasil)

Resumo. A partir da teoria da subjetividade, discute-se sobre como a psicoterapia com crianças é um espaço social de educação, aprendizagem e desenvolvimento subjetivo. As ações terapêuticas consistem em estimular as crianças a vivenciarem as suas experiências no “como se”, a ponto de recriá-las com as suas fantasias e imaginação. As construções-interpretativas de suas ações e relações com os seus genitores se dão em sessões terapêuticas individuais e conjuntas, animadas por múltiplos cenários lúdicos. O seu envolvimento nesse processo, construtivo-interpretativo, dialógico, com as suas produções subjetivas e sem suprimir as suas contradições sugere haver desenvolvimento subjetivo ou constituição de configurações subjetivas compatíveis com a emergência do agente e do sujeito que subverte a ordem instituída em favor do desenvolvimento da sociedade. Conclui-se que a psicoterapia com crianças é representativa do caráter político da teoria da subjetividade, em que o individual e o social são contraditória e recursivamente inter-relacionados.

Palavras-chave: desenvolvimento subjetivo; educação e aprendizagem; política em psicologia; psicoterapia com crianças.

Abstract. From the theory of subjectivity, it is discussed how psychotherapy with children is a social space for education, learning and subjective development. Therapeutic actions consist of encouraging children to live their experiences in the “as if”, to the point of recreating them with their fantasies and imagination. The interpretative constructions of their actions and relationships with

their parents take place in individual and joint therapeutic sessions, animated by multiple playful scenarios. Its involvement in this constructive-interpretative, dialogical processes, with its subjective productions and without suppressing its contradictions, suggests that there is subjective development or constitution of subjective configurations compatible with the emergence of the agent and the subject who subverts the established order in favor of the development of society. It is concluded that psychotherapy with children is representative of the political character of the theory of subjectivity, in which the individual and the social are contradictory and recursively interrelated.

Keywords: Subjective development; education and learning; Politics in psychology; psychotherapy with children.

Introdução

Imergi no campo da psicoterapia com crianças em 1977, primeiramente na perspectiva de Jacob Levy Moreno (1889-1974), o criador da Socionomia, a teoria das relações interpessoais e posteriormente na perspectiva da Teoria Cultural-Histórica da Subjetividade¹, desenvolvida por Fernando Luis González Rey (1949-2019), especialmente no contexto da Justiça.

Orientada por essa teoria eu compreendi que a criança é ativa no seu processo de desenvolvimento ao gerar “sentidos subjetivos”² em relação a comunicação e ao clima emocional das relações na família (Peres, 2001), e recursos subjetivos³ que potencializam a sua capacidade de agir criativamente no seu espaço social.

Compreendi que a espontaneidade da criança, categoria fundamental da teoria de Levy Moreno, emerge de sua emocionalidade e fantasias que integram os sentidos subjetivos que ela gera sobre o vivido e que, segundo González Rey (2004) são a fonte de seu desenvolvimento.

Na teoria de Levy Moreno (1997), a espontaneidade e a criatividade, a imaginação e as fantasias da criança possibilitam o desenvolvimento de papéis psicodramáticos que eu interpreto como integrantes do seu desenvolvimento subjetivo⁴ e da condição de agente e sujeito⁵ do seu processo social.

¹ A Teoria da Subjetividade, na perspectiva cultural-histórica, é uma forma de compreensão da especificidade dos processos humanos nas condições da cultura (González Rey, 2019, p.15).

² Sentido subjetivo é a unidade processual do simbólico e o emocional que emerge em toda a experiência humana [...] (González Rey, 2002, p. 31).

³ Goulart e González Rey (2019, p. 268) exemplificam como o recurso subjetivo “é gerado em um processo” terapêutico de um grupo que “gera novas posições e formas de comunicação” [...].

⁴ Subjective development is a singular and non-predictable process that implies emergence of individuals and social groups as subjects and, therefore, the development of new

Para isso, é preciso compreender como ela gera sentidos subjetivos diferenciados de suas relações, sentidos que operam como recursos subjetivos em múltiplos contextos, favorecendo o desenvolvimento da comunicação entre ela e as pessoas ao seu redor (Muniz; Mitjáns Martínez, 2020).

A comunicação sobre os seus conflitos muito nos dizem sobre a sua emocionalidade e desenvolvimento subjetivo, que na sua especificidade, constitui simultaneamente a subjetividade individual e social do espaço terapêutico, subjetividade que segundo González Rey “tem uma “força significativa” na expressão das ações dos indivíduos (González Rey, 2019).

Para González Rey (2004), portanto, a fonte do complexo processo de desenvolvimento do indivíduo é a sua subjetividade em relação ao vivido em diferentes espaços sociais complexamente inter-relacionados.

Para o autor, o desenvolvimento subjetivo do indivíduo é um complexo processo de organização e reorganização qualitativa de “uma complexa rede de configurações subjetivas” geradas no decorrer de sua história que é sempre atualizada, do nascimento à morte, mediante as suas contínuas produções subjetivas em relação a suas experiências em diversos espaços sociais (González Rey, 2003).

Em sua concepção, a subjetividade produzida pelo indivíduo em relação ao vivido, em qualquer momento de sua vida, em diversos espaços sociais, possibilita reorganizar-se continuamente e alcançar uma nova “formação” que não depende de qualquer universal, é singular e não está sujeita a categorias *a priori*.

Em face disso tudo, apresento uma breve discussão sobre o valor da psicoterapia com crianças nos seus processos de desenvolvimento subjetivo. O meu intuito é colocar em evidência os seus processos singulares no desenvolvimento das condições subjetivas de agente e sujeito que, como eu entendo, representam, entre outras categorias, o caráter político da teoria da subjetividade.

Psicoterapia com Crianças - Espaço Social de Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento Subjetivo

Esse espaço social de educação e de aprendizagem como produção subjetiva - dimensões complexamente inter-relacionadas - mobiliza a criança a criar e recriar o espaço social de suas relações, desenvolver a qualidade de sua organização subjetiva e a emergir como agente e sujeito do seu processo social.

subjective resources that impact different spheres of their lives (Goulart & González Rey, 2019, p. 263).

⁵ O agente seria o indivíduo – ou grupo social - situado no devir dos acontecimentos no campo atual de suas experiências. O sujeito representa a capacidade de posicionamento de indivíduos e grupos, cujos limites estão na própria produção simbólica da cultura e nos recursos subjetivos para assumir os desafios dos espaços existenciais da experiência (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017, p. 73).

O método construtivo-interpretativo, desenvolvido por González Rey (2005) no estudo da subjetividade, possibilita construirmos modelos teóricos explicativos desse processo, pontualmente dos processos de crianças que vivenciam o litígio judicial dos genitores pela sua guarda. As construções-interpretativas de suas ações e relações com os genitores se dão em sessões terapêuticas individuais e conjuntas, animadas por múltiplos cenários lúdicos, sem nenhum tema prévio. Engajada nessas sessões oriento o diálogo sobre as suas experiências em cenas e ações criadas por elas no “como se”, a ponto de poderem recriá-las com as suas fantasias e imaginação.

Nesse diálogo, como produção subjetiva (González Rey, 2005, 2007), emergem sentidos subjetivos gerados em relação ao vivido com as suas famílias, sentidos subjetivos antagônicos, conflitivos, dinâmica e recursivamente implicados com o transtorno nesse Sistema. Ao que tudo indica, esses sentidos expressam emoções subjetivamente configuradas nos seus processos de desenvolvimento subjetivo, emoções que podem emergir em qualquer outro momento das suas histórias de vida e em diferentes circunstâncias.

Assim, eu reconheço o que afirma González Rey (2019), de que há uma diversidade ilimitada na qualidade da expressão das emoções, dependendo das implicações subjetivas da criança no diálogo em curso.

Reconheço que a qualidade da expressão das emoções da criança depende dos sentidos subjetivos que ela gera em relação ao vivido na família e fora dela, e que esses sentidos subjetivos carregam a subjetividade social, os seus antagonismos e contradições, possibilitando o desenvolvimento do agente e do sujeito. Isso implica tornar inteligível como a criança ocupa, com ações criativas, os seus espaços nos sistemas em que vive e se desenvolve. Como isso acontece? Interpreto como a criança se experimenta como agente ou como sujeito nesses espaços, se incluindo e distinguindo-se de outros personagens no “como se”. Mediante ação e interação com esses outros personagens, imaginários ou não, elas podem experimentar ao mesmo tempo forças afetivas opostas e recriá-las com espontaneidade.

Reconheço que a ação no “como se” motiva a criança a gerar novos sentidos subjetivos em relação ao vivido e a desenvolver a sua condição de agente e sujeito do processo social, garantindo a qualidade da sua relação consigo mesma e com o outro.

Nas sessões conjuntas, ora com a mãe, ora com o pai ou com ambos, interpreto a qualidade dos posicionamentos da criança para o outro.

Por exemplo, uma criança que se posiciona para a mãe, sem excluí-la, sem anulá-la, nem anular-se, mas diferenciando-se dela. Isso nos ensinou que posicionar-se significa aprender a viver dialógicamente o que, em tese, favoreceu o desenvolvimento da qualidade da organização subjetiva dessa criança. Motivada por essa ação, é provável que ela tenha gerado novos

sentidos subjetivos em relação ao litígio dos genitores e uma configuração subjetiva⁶ do desenvolvimento da sua condição de sujeito do espaço social familiar.

Como sublinha González Rey (2019), é provável que essa criança tenha emergido como sujeito nessa circunstância específica, ao “subverter a ordem instituída” favorecendo o desenvolvimento da sua família e indiretamente o desenvolvimento da subjetividade social.

Buscamos, assim, tornar inteligíveis os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas que orientam as ações da criança na família e noutros sistemas inter-relacionados. Com isso, tensionamos os diálogos terapêuticos nos quais podem emergir os sentidos subjetivos que ela gera em relação ao vivido nesses sistemas e que podem ser reorganizados.

Ao se engajar no diálogo lúdico, terapêutico, a criança pode aprender a criar e recriar as suas relações, sugerindo haver um processo original de desenvolvimento subjetivo e de constituição de configurações subjetivas da emergência do sujeito, que supõe a reorganização permanente de sentidos subjetivos antagônicos e conflitivos.

Dito de outra forma, para González Rey (2004) o desenvolvimento subjetivo da pessoa é implicado com os sentidos subjetivos que ele gera em relação a múltiplas experiências sociais e culturais, em contextos diferenciados. Embora não negue o lugar do outro nesse processo, enfatiza “o lugar ativo e específico dos processos de auto-organização da pessoa nas etapas iniciais do desenvolvimento e sua presença permanente em condição de sujeito de suas inter-relações” (González Rey, 2004, p. 3).

O autor (González Rey, 2004, p. 4) explica que “as relações humanas organizam-se, desde muito cedo, como sistema em que as expressões emocionais têm um papel muito importante, inclusive o mais importante para a criança recém-nascida”. Então dá a entender que a emoção tem um lugar central nos processos de desenvolvimento subjetivo.

Em consonância com esse pensamento de González Rey, eu procuro compreender o desenvolvimento subjetivo da criança a partir de suas emoções enquanto afetos, inicialmente produzidos no processo comunicativo e nas suas relações com a família (Peres, 2001, 2012, 2013).

Em síntese, segundo González Rey (2004) a criança gera sentidos subjetivos do processo comunicativo na família e produz complexas emoções que definem a qualidade de suas relações nesse espaço. Nisso, ressalta que o desenvolvimento é um processo de mudança qualitativa da organização subjetiva do indivíduo, e que implica uma variedade de emoções.

⁶ A configuração subjetiva é uma formação autogeradora que surge do fluxo diverso dos sentidos subjetivos, produzindo, de seu caráter gerador, grupos convergentes de sentidos subjetivos que se expressam nos estados subjetivos mais estáveis dos indivíduos no curso de uma experiência (González Rey, 2019, p. 63).

Para o autor, nesse processo as tensões e as ações do indivíduo, sempre implicadas com as suas produções subjetivas, garantem o desenvolvimento da sua condição de sujeito.

No processo psicoterapêutico eu me concentro nos sentidos subjetivos que as crianças geram da comunicação e de suas relações na família. Eu as estimulo a não perderem de vista a sua liberdade de dialogar e de transitar com espontaneidade entre o vivido e o imaginado, ou a expressarem-se sobre as suas fantasias para os genitores que encarnam diversos personagens no jogo do «como se», um espaço simbólico no qual elas vivenciam realidade e ficção, aprendem sobre si mesmas e sobre o outro em um processo construtivo-interpretativo, dialógico. Tal como no psicodrama de crianças, isso ocorre sem qualquer regularidade ou padrão. O “como se” impulsiona as crianças a explorarem as suas possibilidades de comunicação dialógica e de ações criativas, no curso das quais elas podem gerar novos sentidos subjetivos em relação a suas experiências. Como não há nada previamente organizado, nesse momento a criança vivencia a sua história de forma inusitada, integrando passado e futuro.

Na obra - O Jogo e a Criança - Jean Chateau (1987, p. 18) detalha cada experiência, explicando como a criança aprende a provocar o novo, a experimentar suas possibilidades, a ter o prazer de produzir. Nas suas palavras: “o que agrada à criança é menos o resultado em si mesmo do que o fato de que ela produziu esse resultado”. Para o autor, é no jogo criativo que “a criança afirma seus poderes, prova seu valor”, e eu diria, tendo como referência a teoria da subjetividade, que é nesse espaço que ela pode gerar novos sentidos subjetivos da comunicação e das relações na família.

Em cada cenário terapêutico há um processo de comunicação dialógica no qual há imprevistos, contradições e paradoxos. Cada criança, como indivíduo, singular, expressa a qualidade específica do seu desenvolvimento subjetivo, condição para emergir como agente ou sujeito do seu processo social.

Psicoterapia com Crianças como Espaço Social de Desenvolvimento do agente e do Sujeito do Processo Social

A construção de modelos teóricos explicativos das singularidades dos processos de desenvolvimento subjetivo das crianças se dá em sessões terapêuticas animadas por múltiplos cenários lúdicos. O nosso trabalho é conduzir o diálogo mediante um processo de construção de indicadores e de hipóteses sobre sentidos subjetivos convergentes, gerados pela criança em relação a suas experiências na família e fora dela.

Nesse sentido, a psicoterapia com crianças é um espaço social de comunicação e produção de subjetividade. No diálogo sobre as suas experiências, desdobrado em ações no “como se”, elas se tensionam, recriam as

suas experiências com a sua imaginação e fantasias, levando-nos a supor que geraram novos sentidos subjetivos em relação ao vivido.

Sem suprimir as suas contradições elas se engajam nesse diálogo com as suas produções subjetivas, aprendem a criar e a recriar as suas relações na família e fora dela, sugerindo haver desenvolvimento ou mudanças qualitativas na sua organização subjetiva. Isso sugere que a psicoterapia favorece o processo original de constituição de configurações subjetivas da emergência do agente e do sujeito que subverte a ordem instituída em favor do desenvolvimento da subjetividade social.

Resumindo, o conceito de desenvolvimento subjetivo de González Rey oferece um novo conhecimento para a psicoterapia com crianças e nos desafia a ampliá-la considerando as infinitas possibilidades que elas têm de emergirem como agentes e sujeitos do seu processo social. Imbuída desse conhecimento eu penso que a psicoterapia, desde muito cedo, favorece o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos ao longo da sua história de vida. Eu penso que a psicoterapia com crianças abre possibilidades para o desenvolvimento da qualidade da organização subjetiva do indivíduo, de sua condição de agente e sujeito do processo social, o que recursivamente abre possibilidades para mudanças na subjetividade social.

Na psicoterapia com crianças eu privilegio o desenvolvimento dessa condição. Entendo que as crianças podem aprender sobre si mesmas e sobre o outro, desenvolver as configurações subjetivas que orientam as suas ações, e emergirem como sujeitos em uma circunstância específica e em qualquer outro momento da sua vida.

Destaco que, para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), agente e sujeito são categorias que representam processos subjetivos de desenvolvimento, dos quais os indivíduos não têm consciência imediata. Conforme explicam, os indivíduos se mobilizam para a ação como agentes ou como sujeitos. A qualidade que mobiliza o sujeito possibilita que não apenas seja ativo e participativo, como o agente, mas que subverta a ordem instituída. Querem dizer que os indivíduos sempre são ativos nos seus processos de desenvolvimento, que podem emergir como agentes e sujeitos de diversas formas, com diversas expressões em diferentes contextos e circunstâncias.

Reconheço no processo do litígio judicial entre ex-cônjuges que as crianças são ativas e podem emergir como agentes ou como sujeitos desse processo. Observo que elas sofrem, se queixam da separação dos genitores e que se posicionam sobre o conflito gerado por eles no casamento e as vezes até com ações que subvertem a ordem do litígio, transgredindo a sua normatividade. Tenho vários exemplos (Peres, 2013, 2022) sobre crianças que subvertem a ordem do litígio, mesmo colocando em risco o genitor que acusa o outro de abuso (estupro de vulnerável) sem provas materiais.

Exemplo:

Uma criança de seis anos, compulsoriamente afastada do pai acusado de abuso, revela o segredo da acusação injusta definindo a sua experiência subjetiva do litígio, no curso da qual passado e futuro emergem integrados na sua história de vida. O diálogo construtivo-interpretativo das informações se deu em diferentes momentos, em sessões individuais e conjuntas envolvendo a todos os membros da família.

Construímos indicadores de sentidos subjetivos e hipótese sobre a “configuração subjetiva da ação”⁷ dessa criança ao confrontar o pai e a mãe com questões sobre o conflito, sobre a separação do casal e revelar o segredo da acusação sem provas materiais. No processo de engajar-se no diálogo construtivo-interpretativo, exprime a sua emocionalidade e revela o segredo da acusação, guardado “a sete chaves”, para proteger a mãe de punição da Justiça.

Destaco o seu engajamento no diálogo sobre o conflito dos pais nas sessões individuais. Na sessão conjunta, comprometida com a representação social de um pai “mau”, apresenta expressões contraditórias, confirmando o pensamento de González Rey (2003) sobre a representação social como uma realidade conhecida, sem um caráter singular como o sentido subjetivo.

O diálogo terapêutico em ambas as sessões é possibilitado pelo entrelaçamento dos indicadores de múltiplos sentidos subjetivos históricos e atuais.

Nas sessões individuais, impactada, por ações terapêuticas, a criança se mobiliza e se define: “eu estou sofrendo muito [...] não sei o que fazer ... um me puxa pra cá e o outro pra lá [...]”.

Na sessão conjunta, desafiada a tensionar sentidos subjetivos históricos e atuais em relação a suas experiências com o pai, transforma a qualidade do diálogo entre eles.

O fato de ter interagido com o pai na temida sessão conjunta (judicialmente monitorada) e ter revelado o segredo da acusação é um elemento importante da construção-interpretativa dos sentidos subjetivos que gerou de suas experiências na família, não representados de forma consciente. Também, quando expressou-se sobre o amor, o sofrimento, a perda e a culpa, trouxe os sentidos subjetivos contraditórios que gerou em relação ao pai e dos quais não tinha consciência.

⁷ Formação autogeradora que surge do fluxo diverso dos sentidos subjetivos, produzindo, de seu caráter gerador, grupos convergentes de sentidos subjetivos que se expressam nos estados subjetivos mais estáveis dos indivíduos no curso de uma experiência (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017, p. 63).

Muitas vezes, em situação de separação ou divórcio, o genitor permanente constrói para os filhos uma representação do outro baseada em suas necessidades e motivações afetivas atuais e não nas necessidades e motivações da criança. Neste caso, a realidade que a criança conhece da separação e do pai é aquela que a mãe lhe apresentou e que, mesmo distante e confusa, ela assume como real.

Outros trechos do diálogo vão formando uma “peça” interpretativa dos sentidos subjetivos da configuração subjetiva dominante da criança, em desenvolvimento. São sentidos subjetivos convergentes: a culpa é minha, a culpa é de todo mundo” [...] “posso falar, mas tem coisa que não posso” [...] “sou boa, mas as vezes... se eu falar ... pode acontecer ...”.

A “culpa”, entretanto, pode estar implicada na subjetividade produzida por ela em relação ao vivido no processo de separação dos genitores [...].

Embora seja de algo muito distante, de uma história que nem conhece ao certo, subjetivamente configurada a culpa adquire para ela uma forma particular no seu conflito atual, isto é, o litígio dos genitores. Por isso os questiona, busca ter explicações para a separação ou talvez busque entender as suas explicações sobre ela, as vezes se permitindo expressá-las e noutras não.

Então parece refletir: “sabe, uma decisão muito difícil teve que ser tomada, sabe? A separação ... muito difícil ...”

A mãe, por sua vez, ao construir uma representação atual do pai trouxe elementos não apenas da relação conflitante do casal ou dos impulsos afetivos do pai, mas também de outros registros, talvez daqueles que marcaram a sua própria infância.

O diálogo terapêutico facilitou a essa criança emergir como sujeito desse processo, se posicionar em relação ao pai a partir dos sentidos subjetivos que ela gerou de suas experiências, e não de uma representação social sobre ele, construída para ela.

A criança pode emergir como agente ou sujeito do seu processo social, de acordo com o seu desenvolvimento subjetivo. Por outro lado, não tendo vias próprias de subjetivação de suas experiências em sistemas inter-relacionados, é possível sentir-se oprimida e apresentar sintomas, os mais diversos. A psicoterapia pode ser a oportunidade de abrir vias próprias de subjetivação em relação a esses sistemas, de romper com diagnósticos classificatórios do modelo médico, que dificultam a compreensão da subjetividade que “não tem inteligibilidade no visível e imediato”, e que possibilita reconhecer “um sujeito gerador, ativo, produtor de realidades (González Rey, 2014, p. 36).

A teoria da subjetividade inaugura, assim, um novo referencial sobre processos de saúde-doença, que eu busco tornar inteligíveis na psicoterapia.

pia com crianças. Busco tornar inteligível a singularidade do processo cultural-histórico de desenvolvimento da criança, sem excluir desse processo os sistemas inter-relacionados onde ela vive: a família, a escola, a rede de atenção à infância, o sistema de saúde, entre outros. A psicoterapia, nessa perspectiva, oferece à criança no processo do litígio entre os genitores a oportunidade de concretizar a sua espontaneidade, de abrir vias próprias de subjetivação e de desenvolver a condição de agente e sujeito do processo social. A criança pode desenvolver a qualidade de sua organização subjetiva e criativamente se posicionar sobre as normatividades da família, do judiciário e de outros sistemas inter-relacionados.

Com isso, atingimos na psicoterapia com crianças o que supõe González Rey (2004, 2005) sobre a inter-relação dinâmica e recursiva entre a subjetividade individual e a social que representam um complexo sistema. Em suma, atingimos o que supõe González Rey e Mitjans Martínez (2017), de que nos espaços micro e macro, individuais e sociais, emerge um conjunto de configurações subjetivas de múltiplos sistemas inter-relacionados.

No processo psicoterapêutico de crianças que vivenciam o litígio dos genitores emergem as configurações subjetivas da família articuladas às da instituição jurídica. Nesse processo emergem múltiplos sentidos subjetivos gerados por elas, as suas famílias e pelo sistema judiciário formando uma “cadeia simbólico-emocional” que orienta as suas ações no litígio.

A psicoterapia, nesse momento, como educação e aprendizagem, é um diferencial no processo de desenvolvimento subjetivo da criança, de sua família e do sistema judiciário. Nesse momento, as produções simbólicas (crenças, valores, mitos) desses sistemas inter-relacionados atingem um nível subjetivo, que, segundo González Rey e Mitjans Martínez (2017, p. 63), seria necessário à “definição de uma nova qualidade na organização subjetiva” desses sistemas.

A minha história de trabalho com crianças e suas famílias na perspectiva de Levy Moreno, autor que fez “uma aliança com a saúde humana”, facilita que eu me engaje nessa perspectiva de psicoterapia, compreendendo que não há determinismos no sistema configuracional da subjetividade, que as crianças podem abrir “novas vias de subjetivação” em relação a significações sociais e que essa abertura favorece gerarem novos sentidos subjetivos e novas configurações subjetivas em relação ao vivido.

A Emergência de Novos Sentidos Subjetivos e Novas Configurações Subjetivas no Processo Psicoterapêutico de Crianças

A minha hipótese sobre o exemplo, apresentado anteriormente, é de que a criança gerou no processo terapêutico novos sentidos subjetivos em relação a separação dos pais e emergiu como sujeito do seu desenvolvimento ao transgredir as normas jurídicas, revelar o segredo de Justiça e definir-se em relação aos seus afetos.

Isso explica como os dois conceitos inter-relacionados – sentido subjetivo e configuração subjetiva – orientam as ações do indivíduo, sem que ele tenha consciência imediata (González Rey, 2002).

Como este, muitos outros exemplos me encorajam a discutir sobre o valor da psicoterapia com crianças para o desenvolvimento dos indivíduos como agentes e sujeitos do processo social. Essa prática integra processos passados, presentes e futuros de desenvolvimento subjetivo, e nos faz compreender que “a vitalidade completa da vida” integra momentos dinamicamente inter-relacionados. Como afirmam González Rey e Mitjáns Martínez (2017, p. 63), “esse novo tipo de processo emerge na vida social culturalmente organizada, permitindo a integração do passado e do futuro como qualidade inseparável da produção subjetiva atual”.

Ouso confirmar que na psicoterapia com crianças e também com adultos, a unidade passado, presente e futuro se organiza em uma configuração subjetiva (“uma formação autogeradora”).

Segundo González Rey e Mitjáns Martínez (2017, p. 63) essa configuração “surge do fluxo diverso dos sentidos subjetivos, produzindo, de seu caráter gerador, grupos convergentes de sentidos subjetivos que se expressam nos estados subjetivos mais estáveis dos indivíduos no curso de uma experiência”.

Eu diria que na circunstância do litígio os ex-cônjuges apresentam os seus estados subjetivos mais estáveis. Ao que tudo indica, esses estados integram um grupo de sentidos subjetivos gerados ao longo de suas histórias de vida e que, subjetivamente configurados, emergem nessa circunstância. Quero dizer que emergem em uma configuração subjetiva que predomina e orienta as suas ações nessa circunstância (Peres, 2013, 2014a, 2014b, 2022).

Essa configuração subjetiva dominante no litígio, complexamente inter-relacionada aos processos de desenvolvimento subjetivo dos ex-cônjuges, me desafia a pensar no valor da psicoterapia com a criança enquanto espaço social de educação e aprendizagem, espaço de desenvolvimento subjetivo, de desenvolvimento original de configuração subjetiva, cuja qualidade permita emergir como agente e sujeito nesse e em outros momentos da sua história de vida. Assim, penso que, mesmo com grandes cargas emocionais e sofrimentos, essa criança pode conseguir, em diferentes momentos da vida, integrar passado e futuro na abertura de novas vias de subjetivação de suas experiências atuais.

Entretanto, há casos em que isso não ocorre. Exemplo: o adulto cujo sofrimento é uma produção subjetiva sobre o que viveu na infância. Ele não consegue, nas suas experiências atuais, integrar esse passado a um futuro, e não abrindo novas vias de subjetivação, ou não gerando novos sentidos subjetivos de suas experiências passadas, não gera novas configurações subjetivas, constituindo um processo de adoecimento.

González Rey (2007) explica que é o fluxo de sentidos subjetivos históricos e atuais que permite aos indivíduos gerarem novas configurações subjetivas, qualitativamente diferentes, e novos recursos subjetivos para as suas relações.

Reconheço esse fluxo no dinamismo das histórias de crianças e de adultos em psicoterapia e que esses sentidos subjetivos em tensão potencializam emergirem como agentes e sujeitos de seus processos sociais. Reconheço que a psicoterapia, em ambos os casos, integra o histórico e o atual e é sensível à possibilidade de reorganização dinâmica de suas experiências. No processo psicoterapêutico com crianças eu observo se emergem sentidos subjetivos de diferentes experiências e na psicoterapia com adultos se emergem sentidos subjetivos gerados em diferentes momentos da vida. Com isso, eu posso confirmar que na teoria da subjetividade não há separação entre passado, presente e futuro.

Passado e futuro são qualidades inseparáveis da produção subjetiva atual. Passado e futuro formam uma unidade subjetiva marcada pela imaginação (e fantasias) do indivíduo em relação ao vivido (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017), representando o caráter processual e dinâmico da subjetividade.

Essa inseparabilidade entre passado e futuro possibilita compreender como múltiplos sentidos subjetivos históricos e atuais integram a configuração subjetiva mais estável de ex-cônjuges em litígio judicial, uma formação que orienta as suas ações nessa circunstância de vida. No trabalho contínuo com esses ex-cônjuges, a construção-interpretativa de configurações supostamente mais estáveis possibilita compreender a inter-relação de diversas configurações e como elas entram em conflito na circunstância do litígio judicial, até mesmo com as configurações subjetivas dos filhos (Peres, 2022).

Relembro que construir uma interpretação sobre essas configurações exige um pensamento complexo, um pensamento de processo, que interrelacione sentidos subjetivos históricos e atuais (Peres, 2022), ou seja, exige compreender e explicar como o agente e o sujeito vão sendo processualmente constituídos ao longo da vida.

Mesmo sem ter consciência, os indivíduos vão constituindo processos subjetivos de desenvolvimento que lhes permitem ou não emergirem como agentes e sujeitos do processo social (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017). Segundo os autores, tanto o agente quanto o sujeito têm um caráter ativo; pensam, agem e se organizam gerando uma multiplicidade de sentidos subjetivos e configurações subjetivas dos quais não têm consciência imediata.

Na psicoterapia há momentos em que os indivíduos, sem ter consciência de suas ações, acusam o outro de serem os responsáveis pelo problema. Noutros momentos, mediante tensão entre produções emocionais e simbólicas, eles se apropriam de suas ações, dialogam e refletem sobre elas, reposicionando-se. Esse reposicionamento (Peres, 2022) pode representar desenvolvimento subjetivo, uma nova qualidade da configuração

subjetiva que os mobiliza a agir e a emergirem como sujeitos do processo social, subvertendo a ordem do litígio e da organização da instituição jurídica.

Para González Rey e Mitjáns Martínez (2017), emergir como agente ou como sujeito depende da qualidade da configuração subjetiva que mobiliza o indivíduo. A que mobiliza o indivíduo a emergir como sujeito é diferente daquela que o mobiliza a emergir como agente. O sujeito transcende a normatividade dos contextos nos quais vive, abrindo vias próprias de subjetivação com a sua criatividade, e o agente age de acordo com a normatividade.

Quanto ao processo de desenvolvimento subjetivo, conforme explicam os autores (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017), sendo contínuo e sem regularidade, ocorre se os indivíduos geram novas configurações subjetivas, qualitativamente diferentes. Assim, as mudanças na organização subjetiva dos indivíduos, necessárias a novas formas de ações e relações, ocorrem somente se houver a emergência de novos sentidos subjetivos e de novas configurações subjetivas, com novas qualidades.

A psicoterapia, como espaço social de desenvolvimento subjetivo, potencializa mudanças qualitativas na organização subjetiva dos indivíduos. Comprometidos com um processo psicoterapêutico, na infância e/ou na vida adulta, eles podem se mobilizar, reorganizar as suas experiências e emergir na condição de agentes e sujeitos do processo social.

Dou o exemplo do paciente adulto que no processo psicoterapêutico é desafiado a tensionar sentidos subjetivos históricos e atuais em relação ao transtorno da família. Construí indicadores de que esse paciente gera, nesse processo, novos sentidos subjetivos e novas configurações subjetivas, com novas qualidades, ao se mobilizar para libertar-se da opressão de um diagnóstico determinista no campo da saúde mental. A tensão entre esses sentidos subjetivos possibilitou que ele se mobilizasse a ponto de emergir como sujeito do seu processo social. Quero dizer que ele fez “uma revolução” na sua organização subjetiva e na qualidade do seu processo de vida ou que ele subverteu o seu modo de vida e as suas relações, não mais se isolando e posicionando-se “conscientemente” sobre a família, a sua relação amorosa e o seu trabalho.

A minha hipótese foi de que a sua configuração subjetiva, relativamente estável na infância, representada por comportamentos de distanciamento social, não determinou o seu desenvolvimento subjetivo. O seu sistema configuracional subjetivo, em contínuo desenvolvimento, lhe possibilitou gerar novos sentidos subjetivos e novas configurações subjetivas em relação ao transtorno da família.

Psicoterapia com Crianças, Desenvolvimento subjetivo e a Emergência do Agente e do Sujeito do Processo Social

Parto de construções-interpretativas das ações e relações das crianças com os seus genitores em sessões terapêuticas individuais e conjuntas, animadas por múltiplos cenários lúdicos, sem nenhum tema prévio e sem nenhuma coerção metodológica. Engajada nessas sessões eu oriento o diálogo sobre as suas experiências, e eles as desdobram em ações no “como se”, onde chegam a recriá-las com as suas fantasias e imaginação. As crianças se engajam nesse processo construtivo-interpretativo, de caráter dialógico, com as suas produções subjetivas, sem suprimir as suas contradições em relação à família e aos conflitos dos genitores.

Observo que elas aprendem a criar e recriar as suas relações na família e fora dela, sugerindo haver desenvolvimento ou mudanças qualitativas na sua organização subjetiva. Com isso, elas sugerem que a psicoterapia favorece o processo original de constituição de configurações subjetivas compatíveis com a emergência do agente ou do sujeito que subverte a ordem instituída em favor do desenvolvimento da sociedade.

Sobre o desenvolvimento da emocionalidade, observo o que afirma González Rey (2005), de que as crianças expressam as suas necessidades e fantasias antes de qualquer forma de reflexão sobre as suas ações e relações. Antes disso elas geram sentidos subjetivos da comunicação e da atmosfera emocional dessas relações, que integram a configuração subjetiva que orienta as suas ações, as vezes representativas de patologias do modelo biomédico.

Esse é o caso da criança diagnosticada ora com TDAH ora com transtorno do espectro autista, cuja emocionalidade antecede a sua compreensão do conflito e do litígio dos genitores. Não discuto sobre o que essa criança apresenta (os seus sintomas?): inquietação, falta de atenção e agressividade, mas sobre como essa é a sua forma de expressar um conjunto de emoções dos sentidos subjetivos que ela gerou em relação ao litígio dos genitores. Interpreto como essas emoções, subjetivamente configuradas e imaginativamente associadas a significações sociais, orientam as suas ações.

Há indicadores de que os sintomas, apresentados pelas crianças no processo de separação dos genitores, são produções emocionais e simbólicas (imaginativas) que justificam a psicoterapia nesse momento da vida ser um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento subjetivo. Esse é um espaço de transformação da qualidade da imaginação, que não sendo patológica, pode ser associada a complexas emoções e fantasias da criança sobre o vivido com os genitores.

González Rey (2007) afirma que a emoção é uma forma de expressão do indivíduo em relação a uma experiência. Como exemplifica, a irritação de uma criança pode ser implicada com uma combinação de emoções que

“não correspondem a uma estrutura de significados”, mas expressam o seu “estado psicológico”.

No caso da criança diagnosticada ora com TDAH, ora com transtorno do espectro autista, interpreto que ela é sensível aos conflitos dos genitores e aos desdobramentos simbólicos desse conflito no sistema familiar. A psicoterapia foi a oportunidade de expressar a sua emocionalidade em relação ao vivido na família e de compreendermos como essa emocionalidade estava implicada nas suas relações. É possível que ela tenha gerado sentidos subjetivos e configuração subjetiva que a mobilizaram a agir, posicionando-se para eles. Este e outros exemplos me inspiraram a pensar sobre como a psicoterapia possibilita à criança expressar o seu “estado emocional” em relação a uma experiência (Peres, 1983) e gerar novos sentidos subjetivos em relação a ela.

Nesse exemplo, a minha hipótese é de que o estado emocional desta criança é implicado com sentidos subjetivos de uma configuração subjetiva que evoca várias emoções - medo, insegurança e rejeição - todas elas comprometidas com manifestações simbólicas, tais como agredir o pai e requisitar continuamente a mãe, entre outras. É provável que essas manifestações formem uma rede subjetiva complexa, inacessível à compreensão dos genitores e dos especialistas. Entendo ser essa a forma atual de expressão dessa criança, provavelmente orientada por uma configuração subjetiva relativamente estável, que favorece a perpetuação do clima emocional das relações na família e dificulta a emergência de novos sentidos subjetivos em relação ao conflito dos genitores.

Segundo González Rey (2007), enquanto os sentidos subjetivos não mudam, integrando a configuração subjetiva relativamente estável do indivíduo, não há mudança terapêutica.

Sobre o nosso exemplo acima, penso que ele traduz o pensamento de González Rey (2007, p. 138), de que a criança “não vive uma experiência de forma neutra”, que ela “expressa um conjunto de expectativas e de estados subjetivos” relacionados à configuração subjetiva que orienta as suas ações.

Ainda sobre esse exemplo, suponho que a criança foi orientada por uma configuração subjetiva que representava o seu processo original de desenvolvimento subjetivo, processo que definirá a sua expressão diferenciada, como foi o caso do paciente adulto, anteriormente apresentado.

Quanto à hegemonia de uma configuração subjetiva em um determinado contexto ou circunstância de vida, concordo com González (2007) de que é algo a ser melhor estudado. Tenho muitas questões abertas sobre esse tema no estudo do litígio judicial, principalmente sobre como a história-cultural dos ex-cônjuges e da criança, desde o nascimento, pode ser compreendida na psicoterapia.

Sei apenas que, nesse espaço a criança expressa a qualidade de seu sistema emocional, como essa qualidade lhe possibilita agir em difíceis circunstâncias de vida, mesmo antes de compreender os sentidos subjetivos envolvidos na sua ação.

Para González Rey (2005, p. 21), o desenvolvimento da emocionalidade “é resultado da convergência e da confrontação de elementos de sentido constituídos na subjetividade individual, como expressão da história do sujeito [...]”.

Temos indicadores de que o desenvolvimento da emocionalidade da criança é o resultado da convergência e confrontação de sentidos subjetivos em relação a suas experiências com os genitores, antes e depois da separação. Esse é o caso da criança que, com a sua subjetividade, se posiciona em relação ao genitor não guardião e em relação às circunstâncias de sua morte, por ela presenciada, transcendendo emocionalmente as influências lineares e diretas do sistema familiar. Tudo indica que a sua subjetividade se desenvolveu em meio a processos objetivos da organização social de sua família ou que os sentidos subjetivos que gerou das experiências de separação e morte do genitor representam, como explica González Rey (2007), uma forma a mais pela qual essa complexa realidade a afetou.

Para avançar nesse pensamento, eu me exercito na construção-interpretativa de múltiplos casos singulares ou na compreensão do objeto da psicoterapia com crianças, o seu desenvolvimento subjetivo. Como afirmo (Peres, 2001, 2022), o espaço social da psicoterapia com crianças possibilita a construção-interpretativa de um conjunto de indicadores sobre os sentidos subjetivos que elas geram da comunicação e das relações na família, dinamicamente inter-relacionados em uma configuração do seu Sistema subjetivo, em desenvolvimento.

Os sentidos subjetivos emergem nesse espaço de forma desorganizada, caótica, especialmente nos cenários dialógicos do “como se”. Eles não estão diretamente explícitos na fala, nas narrativas, ou nos comportamentos das crianças. Ao construir uma interpretação da configuração subjetiva que orienta as ações de uma criança, o psicoterapeuta tem elementos para desenvolver o modelo teórico explicativo do seu processo singular de desenvolvimento subjetivo, e produzir conhecimento sobre o valor da psicoterapia nesse processo.

Não escapa ao meu espírito que a criança é orientada por configurações subjetivas em contínuo desenvolvimento. Esse momento da vida – a infância – é sensível à constituição de configuração subjetiva implicada com sentidos subjetivos gerados em relação ao vivido no espaço social imediato, a família. Inclusive, nesse espaço, segundo González Rey (1995), de grande sensibilidade para a comunicação educativa, eu suponho que

pode haver aprendizagem que favoreça o seu desenvolvimento subjetivo e o desenvolvimento de sua condição de agente e de sujeito do processo social.

Essa comunicação, segundo Tacca (2019, p. 139), “sempre acompanhada de falas, gestos, olhares [...] oferece “muitas possibilidades interpretativas” que, como eu penso, pode ou não resultar em aprendizagem significativa para o desenvolvimento subjetivo dos indivíduos.

Certamente essa comunicação, ser implicada em uma nova configuração subjetiva, com uma nova qualidade, pode mobilizar os indivíduos a emergirem como agentes ou sujeitos do processo social. Por isso eu digo: os sentidos subjetivos gerados pela criança em relação a essa comunicação, podem emergir em diferentes momentos do seu processo de desenvolvimento subjetivo, implicados com uma nova configuração subjetiva. Isso exige que a família valorize a criança no processo comunicativo, que a instigue a ser ativa, reflexiva, a expressar livremente as suas fantasias e conflitos em relação ao vivido, e a criar alternativas a eles com ações no curso das quais elas podem gerar novos sentidos subjetivos em relação ao vivido.

Relembro que, para González Rey (2007, p. 29) os sentidos subjetivos que o indivíduo gera de suas experiências “são inseparáveis das configurações subjetivas de sua condição histórico-social”, condição que é geradora de sentidos subjetivos, geradora de subjetividades individuais e sociais ao mesmo tempo.

Sobre isso tenho apenas indicadores. Por exemplo, o indicador de que a condição histórico-social da criança anteriormente mencionada, uma condição instável e imprevisível, seja inseparável da configuração subjetiva que orienta as suas ações na família e na escola. Não ignoro que nesses sistemas inter-relacionados, a infância é um momento de “abertura para o novo”, de curiosidade, mas também de conflitos e de contradições. Na perspectiva da teoria da subjetividade, os conflitos são fonte de desenvolvimento subjetivo, o que justifica a psicoterapia com crianças que vivem o litígio dos genitores. O diálogo terapêutico sobre os seus conflitos, como eu proponho, é a forma original de expressão da emocionalidade das crianças.

Esse diálogo abre “zonas de sentido” da aprendizagem da criança sobre valores e princípios humanos, tais como ser justa consigo mesma e com os outros. Nesse espaço social, ela e sua família dialogam sobre os seus conflitos, encarnam diversos personagens que assumem variadas feições, com princípios e valores próprios. Reconheço que esse espaço é gerador de novos sentidos subjetivos do vivido pela criança em sistemas inter-relacionados, inseparáveis da configuração subjetiva de sua condição histórico-social.

Esse espaço social é diferente de outros espaços. Nele, a criança pode abrir vias próprias de subjetivação de suas experiências e os genitores podem compreender o desenvolvimento de sua emocionalidade e gerarem novos sentidos subjetivos sobre as suas manifestações.

Exemplo, uma menina de nove anos, contrariando as expectativas da sua genitora, opta por conviver com o genitor não guardião motivada pelo seu modo de vida e pela qualidade da relação entre eles. A psicoterapia possibilitou que abrisse vias próprias de subjetivação sobre o litígio dos genitores. O diálogo lúdico sobre esse tema foi suficiente para expressar a sua emocionalidade, gerar novos sentidos subjetivos em relação a suas experiências na família e configuração que supomos ter sido susceptível à sua emergência como sujeito desse processo.

Sobre a genitora, temos indicadores de que compreendeu a emocionalidade da criança e não mais a constrangeu com ameaças de abandono, por expressar corajosamente a sua opção de “morar com o pai”.

Esse e outros casos estudados (Peres, 2001, 2013, 2022) confirmam que o desenvolvimento subjetivo, como afirmam González Rey e Mitjáns Martínez (2017), é o desenvolvimento de recursos que permitam aos indivíduos realizar “mudanças qualitativas em diversas áreas da vida”. Os autores reiteram que essas mudanças geram nos indivíduos “um envolvimento pessoal cada vez mais profundo na área em que a configuração subjetiva do desenvolvimento se organiza” (González Rey & Mitjáns Martínez, 2017, p.23).

Às voltas com essa afirmação, sigo estudando como as configurações subjetivas do desenvolvimento se organizam, lembrando o que afirma González Rey (2012, p. 67), de que “a psicoterapia é, pelo seu próprio caráter, um processo que de forma permanente nos obriga a construir e acompanhar hipóteses de casos diferentes, no curso das quais modelos teóricos originais emergem”.

Eu acompanho, com as minhas hipóteses sobre o valor da psicoterapia com crianças no processo histórico de desenvolvimento do agente e do sujeito, como a unidade passado, presente e futuro se organizam em novas configurações subjetivas, qualitativamente diferentes, em cada caso singular. Por exemplo, como essa unidade se organiza sem que o adulto perca a potência original da sua aprendizagem terapêutica na infância. Interpretei que ele subverte a ordem da relação conjugal opressora e que isso é fruto do seu desenvolvimento subjetivo, do fluxo dinâmico entre múltiplos e diversos sentidos subjetivos passados (gerados na infância) e sentidos subjetivos atuais.

Lembro desse caso ao situar o valor da psicoterapia com crianças para a emergência de qualidades subjetivamente configuradas, em contínuo processo de desenvolvimento e que podem emergir em qualquer outro momento da vida, com uma outra qualidade. Assim, compreendo que essas emergências indicam que as crianças se posicionam orientadas pela qualidade de sua organização subjetiva e não apenas por influências ou imposições do sistema familiar.

Resumidamente: eu compreendo que a criança pode emergir no sistema familiar e por em movimento os seus recursos subjetivos. Esse é o meu fio condutor. A criança, mesmo não podendo comunicar-se com clareza por meio da fala, nem sempre se submete a prescrições. Mesmo quando a fala é incipiente, elas conseguem se comunicar sobre as suas relações afetivas, significadas por meio do matiz emocional dos cenários que elas criam para o diálogo no “como se”. Os sentidos subjetivos que elas geram da comunicação e de suas relações na família têm um matiz emocional que carrega um conjunto de emoções contraditórias, conflitivas, que lhes afetam ao ponto de desenvolverem sintomas, os mais diversos (Peres, 2013, 2022).

A psicoterapia é a oportunidade que elas têm de serem ouvidas, acolhidas, compreendidas e de criarem, elas mesmas, alternativas ao seu sofrimento envolvido com sentidos subjetivos conflitantes. Em trabalho anterior (Peres, 2001) desenvolvo a hipótese de que sentidos subjetivos conflitantes, antagônicos (históricos e atuais) em relação à comunicação na família, motivam crianças a viverem na rua, a romperem com o espaço normativo da família e a optar pelo grupo da rua como um novo espaço social de desenvolvimento.

Esse conhecimento abre uma nova “zona de sentido” para a explicação do processo cultural-histórico de constituição subjetiva da chamada “criança de rua”, contribui para a explicação do processo cultural-histórico de constituição do sujeito na perspectiva da teoria da subjetividade e para essa discussão sobre o valor da psicoterapia com crianças no processo de desenvolvimento subjetivo dos indivíduos.

Considerações Finais

Volto a dizer que a psicoterapia com crianças, pontualmente com crianças que vivem o litígio judicial dos genitores, é um espaço social de educação, aprendizagem e desenvolvimento subjetivo. Nesse espaço elas se comunicam sobre as suas ações e relações, expressam o processo de desenvolvimento de sua emocionalidade e possibilita compreendermos a ideia de causalidade complexa presente na teoria da subjetividade, definida como um Sistema gerador, em constante organização e reorganização.

Nesse espaço social de expressão espontânea e criativa de emoções, conflitos, imaginação e fantasias sobre o vivido, é possível, por meio do método construtivo-interpretativo, tornar inteligível o processo de constituição de uma configuração subjetiva relativamente estável, com qualidade para a mobilização da criança como agente ou sujeito do processo social.

Nesse espaço é possível tornar inteligível como a unidade passado, presente e futuro se organiza em configurações subjetivas qualitativamente diferentes, em diferentes momentos da vida. Com isso, ousamos confirmar que os “estados subjetivos mais estáveis dos indivíduos” representam múltiplos

tiplos e diversos sentidos subjetivos gerados ao longo de suas histórias de vida, sem qualquer regularidade, e que há um fluxo dinâmico entre eles.

Os indicadores construídos nesse estudo são de que as ações das crianças no processo psicoterapêutico, não somente impactam e desestabilizam os genitores e o processo judicial, mas motivam gerarem sentidos subjetivos que, ao entrarem em tensão, potencializam qualidades emergentes do seu Sistema Configuracional subjetivo, em desenvolvimento.

Mesmo implicando tensão e antagonismos, o processo psicoterapêutico pode representar a possibilidade das crianças desenvolverem a condição de sujeito e de se diferenciarem dos processos normativos da família.

Por essa via, eu reafirmo a definição de sujeito da teoria da subjetividade ou que ela envolve a definição de desenvolvimento como um processo subjetivo, inter-relacionado dinâmica e recursivamente ao vivido na tensão da vida social.

Com essas ideias, eu sugiro que as ações do psicoterapeuta, em um processo de diálogo lúdico, construtivo-interpretativo, impactem à criança tensionando o seu processo social; que essas ações favoreçam o seu processo original de constituição de configurações subjetivas que lhe permitam emergir como sujeito, subverter a ordem instituída em favor do seu desenvolvimento e do desenvolvimento de sua família.

Como exemplificamos, há crianças que vivenciam o litígio dos genitores e que, mesmo com medo de serem rejeitadas ou abandonadas, elas se posicionam para eles sobre as suas necessidades afetivas e os seus conflitos. Mesmo com sofrimento, tem criança que subverte a ordem do litígio, provavelmente emergindo como sujeito do seu espaço social.

Arrisco dizer que no processo da psicoterapia, especialmente no contexto do litígio dos genitores, podem emergir novas qualidades na organização subjetiva das crianças.

Também arrisco dizer que essa emergência abre uma nova inteligibilidade sobre o valor da psicoterapia nesse momento sensível da vida, sobre o seu valor para o contínuo desenvolvimento do agente e do sujeito, tais como definidos na teoria da subjetividade.

Posso dizer que, nessa perspectiva, a psicoterapia com crianças ganha um *status* político porque “inverte a soberania do comando” no jogo do poder, tanto no “como se” quanto fora dele. Para isso, o psicoterapeuta precisa atuar na perspectiva da criança, ou seja, se implicar com ela nos jogos de faz de conta, no diálogo lúdico no «como se», de forma que a comunicação sobre diferenças, antagonismos e complementaridades das relações na família seja ampliada.

Por último, informo que há fortes indicadores de que essa inversão possibilita que a criança coloque em movimento a sua capacidade gerado-

ra, emergindo novos sentidos subjetivos em tensão com sentidos subjetivos históricos. Ao que tudo indica, pode estar aí a raiz do desenvolvimento subjetivo do indivíduo, de sua condição de sujeito do processo social.

Referências

- Chateau, J. (1987). *O jogo e a criança*. Tradução de Guido de Almeida. São Paulo: Summus.
- González Rey, F. L. (1995). *Comunicación, personalidad y desarrollo*. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1995
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2004). O sujeito, a subjetividade e o Outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. Em: Lívia Mathias Simão e Albertina Mitjans Martínez (orgs). *O Outro no desenvolvimento humano*. São Paulo: Thomson. pp. 1-27.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. L. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural*. Trad. de Guillermo Matias Gumucio. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. L. (2012). O social como produção subjetiva. Superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. EM: A importância da produção acadêmica. *ECOS: Estudos contemporâneos da subjetividade*. Rio de Janeiro, Niterói. v. 2, n.2, p. 168-185.
- González Rey, F. L. (2013). *O pensamento de Vigotsky. Contradições, desdobramentos e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec.
- González Rey, F. L. (2014). A imaginação como produção subjetiva: as ideias e os modelos da produção intelectual. Em: Albertina Mitjans Martínez e Patrícia Álvarez. (orgs). *O sujeito que aprende. Diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural*. Brasília: Líber Livro. p. 35-6.
- González Rey, F. L. (2019). A epistemologia qualitativa vinte anos depois. Em: Albertina Mitjans Martínez, Fernando González Rey e Roberto Valdés Puentes. (orgs). *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade. Discussões sobre educação e saúde*. Uberlândia: EDUFU, p. 21-45.

- González Rey, F. L. em Mitjáns Martínez, A. (2017). *Subjetividade. Teoria, Epistemologia e Método*. Campinas, S. P: Alínea.
- Levy Moreno, J. (1997). *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix.
- Muniz, L.S; Mitjáns Martínez (2019). *Aprendizagem criativa da leitura e da escrita e desenvolvimento: princípios e estratégias do trabalho pedagógico*. Curitiba: Appris.
- Peres, V. L. A. (1983). Psicodiagnóstico infantil: os modelos psicanalítico e psicodramático. Em: *Anais do IV Congresso de Psicodrama. Revista da FEBRAP*. Ano 7, nº 4, v.3, São Paulo: Campinas.
- Peres, V. L. A. (2001). *Comunicação, processos de subjetivação e ruptura entre famílias e crianças “de rua”*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- Peres, V. L. A. (2012). O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. Em: Almeida, L. P. (org). A importância da produção acadêmica. *ECOS: Estudos contemporâneos da subjetividade*. Rio de Janeiro, Niterói. v. 2, n.2, p. 186-199.
- Peres, V. L. A. (2013). Justiça Educativa de Famílias. *Goiânia: Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 23, n. 4, p. 415-424, out/dez.
- Peres, V. L. A. (2014a). Configurações subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos. *Psicologia, Ciência e Profissão/ Conselho Federal de Psicologia*. Brasília, D.F. v. 1. n. 1, p. 733-744.
- Peres, V. L. A. (2014b). A dimensão subjetiva do litígio nas famílias pela guarda dos filhos. Em : Carolina Teles Lemos, Maria José de Faria Viana e Vannúzia Leal Andrade Peres (orgs). *Famílias brasileiras em situação de conflitividade. Dimensões sócio-históricas, jurídicas, culturais e subjetivas*. Goiânia. Ed. Da PUC-GO. P. 185-205.
- Peres, V. L. A. (2022). *Subjetividade e Psicologia Jurídica*. Curitiba: Appris. 2ª ed.
- Tacca, M. C. V. R. (2019). As relações sociais como alicerce da aprendizagem e do desenvolvimento subjetivo.: uma abordagem pela teoria da subjetividade. Em: Albertina Mitjáns Martínez, Fernando González Rey e Roberto Valdés Puentes (orgs). *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade. Discussões sobre educação e saúde*. Uberlândia: EDUFU, pp. 135-156.
-

Fecha de recepción: 10 de enero de 2025

Fecha de aceptación: 07 de febrero de 2025